**ATA DA 18.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**5ª LEGISLATURA**

Aceguá, 10 de junho de 2019

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e dez minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, o Senhor Presidente, Vereador Dalmiro Almeida-PP, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando à 1.ª Secretária, Vereadora Beatriz Priebe Silveira -PDT, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes pelo MDB: Anderson Barcelos Correa, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; pelo PSDB: Alfredo Castillos de Los Santos, Jacqueline Ferreira e Odete da Silva Ribeiro. A seguir, solicitou a leitura da Ata da Sessão anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE EXTERNO onde constaram os protocolos de n.ºs 0404 a 0416/2019. Ato contínuo, inscrita em PALAVRA NO EXPEDIENTE, fez seu pronunciamento, a Vereadora Jacqueline Ferreira. Após, o Presidente passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna os Vereadores Beatriz Priebe Silveira, Jacqueline Ferreira, Anderson Barcelos Correa, Edmundo Pichler e Liziane Jardim. Ato contínuo, solicitou à 1.ª Vice-Presidente, Vereadora Jacqueline Ferreira, que assumisse os trabalhos para que pudesse se manifestar. Reassumindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constaram os requerimentos n.ºs: 0401 e 0402/2019 - Dos Vereadores Jacqueline Ferreira e Dalmiro Almeida; 0403/2019 – Da Vereadora Jacqueline Ferreira e demais signatários (Beatriz Priebe Silveira, Anderson Barcelos Correa e Odete da Silva Ribeiro); 0418 a 0421/2019 – Da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ; 0422/2019 – Da Comissão de Finanças e Orçamento - CFO. Posteriormente, solicitou a leitura de PARECERES, sobre os seguintes: a) PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS: PL n.º 035/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria a Ouvidoria-geral do município”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 036/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Concede gratificação especial”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 038/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 – PPA”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 039/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.638, de 12 de setembro de 2018 – LDO para o exercício de 2019 – a seguinte ação”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 040/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$300.000,00”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 01/2019 – Da MESA DIRETORA – “Cria a gratificação pelo exercício de atividade administrativa da Ouvidoria Parlamentar”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; B) PROJETOS DE RESOLUÇÃO: PR n.º 002/2019 – Da MESA DIRETORA – “Cria no Regimento Interno da Câmara Municipal, no título II “Dos órgãos da Câmara”, o Capítulo III, que Dispõe sobre a Ouvidoria Parlamentar”, com os artigos 1.º-a e 2.º-b”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PR n.º 003/2019 – Da MESA DIRETORA – “Dispõe sobre a criação, a estrutura e funcionamento da Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores. Continuamente, solicitou a leitura de projetos em tramitação, sendo: EM SEGUNDA DISCUSSÃO: PL n.º 015/2019 – Do PODER EXECUTIVO - “Concede gratificação especial”. Após, havendo número legal o Presidente deu início à ORDEM DO DIA, com votação de Requerimentos, de Projeto de Lei Ordinária, bem como, de Pareceres sobre Projetos de Leis Ordinárias, sendo: a) VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS: 0418/2019 – Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – Requer o envio de expediente ao Poder Executivo, convidando o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para participar da reunião da Comissão, preferencialmente às 10h, do dia 18/06/2019, visando debater questões alusivas ao PL n.º 041/2019, que “Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial de produtos de produtos de origem animal no município de Aceguá, e cria a função de Coordenador do Setor de Inspeção de produtos de origem animal e dá outras providências”, aprovado por unanimidade; 0421/2019 – Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – Requer, após ouvido o Colendo Plenário, a interrupção de tramitação do PL n.º 041/2019, que “Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial de produtos de produtos de origem animal no município de Aceguá, e cria a função de Coordenador do setor de inspeção de produtos de origem animal e dá outras providências”, aprovado de forma unânime; b) VOTAÇÃO DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: PL n.º 001/2019 – Dos Vereadores Jacqueline Ferreira e Luis Eduardo Nunes Gonçalves – “Institui a isenção de cobrança de IPTU para idosos com benefício de prestação continuada, pensionistas ou aposentados”, aprovado unanimemente; c) VOTAÇÃO DE PARECERES sobre os seguintes: PL n.º 017/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor de R$573.000,00”, aprovado por unanimidade; PL n.º 019/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$77.105,61”, aprovado de forma unânime; PL n.º 020/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui ações na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 - PPA”, aprovado unanimemente; PL n.º 021/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.638, de 12 de setembro de 2018 – LDO para o exercício de 2019 – as seguintes ações”, aprovado por unanimidade PL n.º 022/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor global de R$26.883,33”, aprovado de forma unânime; PL n.º 023/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.638, de 12 de setembro de 2018 – LDO para o exercício de 2019 – a seguinte ação”, aprovado unanimemente; PL n.º 024/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$35.000,00”, aprovado por unanimidade; PL n.º 025/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$369.306,72”, aprovado de forma unânime; PL n.º 028/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza contratação emergencial de professor de língua inglesa”, aprovado unanimemente; PL n.º 029/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 - PPA”, aprovado por unanimidade; PL n.º 030/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.638, de 12 de setembro de 2018 – LDO para o exercício de 2019 – a seguinte ação”, aprovado de forma unânime; PL n.º 031/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$600.000,00”, aprovado unanimemente; PL n.º 032/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$30.000,00”, aprovado por unanimidade; PL n.º 033/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$680.000,00”, aprovado de forma unânime; PL n.º 034/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$450.000,00”, aprovado unanimemente. Ato contínuo, o Presidente informou a liberação de diárias aos Vereadores Anderson Barcelos e Jacqueline Ferreira para viagem a Porto Alegre/RS, de 04 a 07/06/2019, visando participarem do 7.º Simpósio de Gestão Pública, promovido pela AGAP – Assessoria e Gestão da Administração Pública, bem como, aos Vereadores Edmundo Pichler e Liziane Jardim, para viagem a Porto Alegre/RS, de 04 a 07/06/2019, com a finalidade de cumprirem agendas no INCRA, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento, Casa Civil e Empresa Italiana de Energia Eólica. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

 Presidente Secretário (a)